

A TEORIA DOS ATOS DE FALA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Jade Bueno Arbo¹

RESUMO

O filósofo J. L. Austin inaugurou, com a sua Teoria dos Atos de Fala, o que podemos chamar de visão performativa da linguagem. Para isso, foi necessária a construção de novas categorias de análise que servissem para desvelar o dito enquanto ato. Temos em *Quando dizer é fazer* (1962) a tentativa de Austin de realizar essa sistematização, porém várias propostas são deixadas como provisórias, o que traz complicações metodológicas para uma análise pragmática da linguagem. No entanto, ao mesmo tempo em que traz desafios, a Teoria dos Atos de Fala, tal como proposta por Austin, abre caminhos para interlocução, possibilitando um desenvolvimento pragmático da análise do que fazemos através das palavras. Assim, o presente trabalho pretende investigar os desafios à aplicação da Teoria dos Atos de Fala e os caminhos para a construção de um método pragmático de análise do uso da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: pragmática; atos de fala; J. L. Austin.

ABSTRACT

The philosopher J.L. Austin started, with his Speech Acts Theory, what we may call a “performative view of language”. In order to accomplish that view, it was necessary to come up with new categories that would serve to analyze what is *said* as something that is *done*. In *How to do things with words* (1962), we can observe Austin’s attempt to come up with this categories, however, much of what is

¹ Bacharela em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e-mail para contato: harbaud@gmail.com

proposed by him is left as provisional, which brings methodological challenges for a pragmatic analysis of the language. That being said, while the Speech Acts Theory as proposed by Austin presents many difficulties to its immediate application, it also opens doors to an interdisciplinary approach, which makes a pragmatic development of what we do with words. Thus, this study intends to investigate the challenges to the Speech Act Theory's application and the possibilities for building a pragmatic method for the analysis of language in use.

KEYWORDS: pragmatics; speech acts; J.L. Austin.

J. L. Austin, sua filosofia e suas rupturas

É natural à prática da linguística, ao se deparar com uma teoria sobre a linguagem, perguntar-se imediatamente como aplicá-la aos dados, como usá-la para desvendar a materialidade linguística. Pergunta importante esta, pois busca garantir que não se perca de vista o fenômeno concreto em meio a teorizações. Dito isso, a impossibilidade de uma aplicação imediata de uma teoria, a ausência de uma fórmula facilmente replicável que possibilite uma análise linguística, pode gerar desconfiança, aversão e desaprovação de estudiosos da área, assim se instaurando certo ceticismo quanto à capacidade de tal teoria de lidar com a língua, de desvendar seus mistérios.

J. L. Austin foi certamente um filósofo que causou esse tipo de desconforto, e desacomodou a filosofia e a linguística tradicional com suas propostas sobre a linguagem cotidiana em sua Teoria dos Atos de Fala, que foi uma das grandes produções dos estudos da linguagem dos últimos tempos. A filosofia da linguagem de Austin está inserida na tradição britânica da filosofia analítica, mais especificamente na Escola de Oxford, cujos filósofos realizavam seus estudos a partir de um conhecimento das humanidades clássicas e, assim, estavam mais interessados em investigar a linguagem em uso, em contraste com aqueles da Escola de Cambridge, por exemplo, que chegaram à filosofia através do estudo das ciências e da matemática, e olhavam para a linguagem de forma a encontrar seus elementos constitutivos e sua lógica (OTTONI, 1998).

Sua proposta foi, primeiramente, a de que alguns enunciados não afirmam, mas *performam* aquilo que afirmam, e, em um segundo momento, a extensão dessa noção performativa para toda a linguagem. Isso, ao mesmo tempo em que trouxe novas possibilidades para os estudos da linguagem, também gerou tensões ao não delinear fronteiras entre filosofia e linguística e ao colocar critérios formais em segundo plano em uma análise da linguagem devido ao caráter convencional, e não gramatical, dessa performatividade. Austin, embora demonstrasse certa preocupação com sistematização no interior de seus desenvolvimentos dos atos de fala, não supre essa necessidade

da prática linguística (ou, talvez, de uma linguística mais tradicional) de lidar com a totalidade de sua materialidade, da mesma forma que também não se propõe a tratar *puramente* do objeto linguístico, sendo que ele busca na linguagem a solução para problemas filosóficos (MARCONDES, 2009).

As discordâncias de Benveniste quanto à Teoria dos Atos de Fala podem servir para ilustrar algumas das desestabilizações causadas por Austin com a sua proposta do performativo. Da mesma forma, o monopólio de Searle sobre as leituras de Austin, bem como seus desenvolvimentos - que, embora por muito tempo hegemônicos, hoje são bastante criticados - sobre a Teoria dos Atos de Fala também elucida o quão originais eram as noções dentro dessa teoria, de forma que precisariam, aparentemente, ser “domadas” (RAJAGOPALAN, 2010) por um formalismo para que sua assimilação por uma ciência linguística fosse concebível.

Soma-se a todas essas questões o fato de que a Teoria dos Atos de Fala teve um desenvolvimento muito particular: uma das principais obras de Austin, *How to do things with words*², onde é feita toda a investigação que culmina em uma proposta de visão performativa da linguagem, foi publicada postumamente através de notas do autor e de outras fontes, sem a revisão ou aprovação do autor. Temos, talvez, por conta disso, uma sombra das ideias de Austin, ou um mero vislumbre da totalidade e do potencial de seu pensamento. Assim, com lacunas deixadas pelas circunstâncias de publicação de suas obras, e conceitos considerados provisórios pelo próprio autor, os termos *ato de fala*, *performativo* e *ilocucionário* foram interpretados e assimilados de formas, às vezes, bastante distintas pelos mais diversos campos do saber, comumente sendo usadas, como aponta Ottoni (1998), para o avanço das teorias dos próprios autores do que puramente discutindo as ideias de Austin.

Em vista disso, como estudar Austin? Como desenvolver a questão dos atos de fala e do agir pela linguagem? Como fazer uso da riqueza de uma proposta como a da Teoria dos Atos de Fala para observar a linguagem enquanto forma de ação? Para achar um caminho possível para desenvolvimentos dessa teoria, o presente trabalho busca estabelecer no que se consiste, inicialmente, a Teoria dos Atos de Fala proposta por Austin, identificar possíveis desafios postos

² Publicada no Brasil em 1990, sob o título *Quando dizer é fazer: palavras e ação*, pela editora Artes Médicas e com tradução de Danilo Marcondes.

pelas particularidades da mesma e, por fim, identificar possibilidades de estudos futuros que considerem e analisem o *dizer* enquanto um *fazer*.

Quando dizer é fazer

Não se tem a ilusão de conseguir cobrir aqui todos os aspectos da Teoria dos Atos de Fala, o que certamente renderia - como já rendeu - um estudo bem mais extenso do que é possível ser feito aqui. Propomo-nos, então, ao que se faz necessário para o presente estudo, que é proporcionar uma visão geral das propostas de Austin de forma a elucidar e contextualizar tanto as críticas feitas à sua teoria, quanto os desafios trazidos por sua visão de linguagem e as subsequentes possibilidades de desenvolvimento.

No decorrer do século XX, a virada linguística trouxe consigo novas formas de se olhar para a linguagem com os olhos da filosofia. Dentre elas, a Filosofia da Linguagem Ordinária, que passa a se ocupar do uso concreto da linguagem. Consoante com essa linha filosófica, Austin demonstra desinteresse pela linguagem ideal. O que propõe em suas palestras, conforme aponta Marcondes no prefácio à sua tradução de *How to do things with words, Quando dizer é fazer: palavras e ação* (Austin, 1990), é que o foco seja colocado na produção linguística real dos indivíduos, na linguagem ordinária.

Nesse contexto, lançando seu olhar sobre a linguagem em uso, Austin propôs inicialmente que existiriam dois tipos de proferimentos: o enunciado *constatativo* e um enunciado *performativo*. O primeiro é aquele enunciado que descreve a realidade, que é responsável apenas por *dizer* algo e, portanto, está submetido a critérios de verdade e passível de verificação. O segundo, por sua vez, é aquele que ao ser dito não constata uma realidade, mas sim *performa* um ato, e não está submetido a critérios de verdade, e sim a critérios de felicidade: um ato é ou não feliz, ou seja, ele é ou não realizado.

Segundo essa primeira proposta, se digo "Está chovendo", o meu interlocutor pode abrir a janela e verificar a veracidade daquele proferimento, e isso torna o meu proferimento um enunciado constatativo. Um enunciado performativo seria, em contraste, aquele que realizaria uma ação ao ser proferido, como um juiz que, ao pronunciar "Está aberta a sessão", realiza, de fato, a ação de abri-la.

No entanto, no decorrer de suas conferências, Austin percebeu que a dicotomia constativo/performativo era inadequada, pois um proferimento como "Está chovendo" é, também,

uma forma de realizar uma ação, seja alertar alguém para o fato, ou justificar o cancelamento de um compromisso. Assim, pode-se concluir que todo o uso da linguagem é, de alguma forma, performativo. Falar, portanto, é sempre agir sobre o mundo. Daí temos, então, a visão de Austin para a linguagem: uma visão performativa. Como coloca Ottoni (1998, p.37):

As afirmações agora não só *dizem* sobre o mundo como *fazem* sobre o mundo. Não descrevem a ação, praticam-na. [...] Esta visão produz, como já foi dito, uma virada brutal na questão de referência; ou seja, *verdade e falsidade* são conceitos que não terão mais um papel relevante nem prioritário nesta nova abordagem da linguagem. A partir deste momento pode-se falar de uma visão performativa que pressupõe necessariamente uma nova concepção, uma nova abordagem da linguagem [...].

Ao desfazer as barreiras entre constativo e performativo, Austin propõe o *ato de fala* como a unidade mínima de significado, sendo o ato de fala total como o objeto a ser desvendado.

Um ato de fala, conforme definido por Austin (1990), é composto por três dimensões interdependentes, a saber 1) o ato locucionário, que é o próprio ato de proferir um dado conjunto de palavras, portanto a dimensão linguística de um ato de fala; 2) o ato ilocucionário, considerado o núcleo do ato de fala, pois temos aqui a ação executada ao se dizer algo; e 3) o ato perlocucionário, que é a consequência do ato de fala, o que acontece por algo ter sido dito. Marcondes (2012,p. 20) observa:

O ato locucionário é constituído, portanto, por convenções essencialmente linguísticas e logo variáveis de língua para língua; o ato ilocucionário por convenções sociais que instituem, por exemplo, a prática de prometer; e o ato perlocucionário é o efeito não convencional produzido pela promessa (o efeito convencional acha-se, é claro, por definição incluído no próprio ato ilocucionário).

O ato ilocucionário é dotado de força ilocucionária, que em atos de fala explícitos será definida pelo chamado verbo performativo. Austin (1990) propôs, na última de suas conferências em *How to do things with words*, uma lista provisória de verbos performativos, como, por exemplo, os vereditivos, que dão um veredito (absolvo, condeno, considero, avalio) ou os compromissivos, que comprometem o falante a algo (prometo, juro, aposto). Porém, na linguagem ordinária, raramente nos expressamos usando verbos que explicitem a força ilocucionária de nossas sentenças. Não dizemos "Te alerto que está chovendo", pois, dadas as circunstâncias - o contexto, o tom de voz, etc. -, "Está chovendo" já basta para que o proferimento tenha força de alerta, e a adição do verbo performativo não seria natural. Assim, pode-se dizer que os atos ilocucionários são convencionais, pois "possibilitam a existência de enunciados *performativos* sem que seja possível identificar uma forma gramatical para eles" (OTTONI, 1998, p. 37).

Essas três dimensões interdependentes são, conforme coloca Marcondes (2012), “uma abstração teórica de finalidade analítica” (p. 21), pois, nas palavras do próprio Austin: “O ato de fala total considerado em uma situação em sua totalidade é o único fenômeno real que estamos, em última análise, engajados em elucidar” (1990, p. 147). Assim, o objeto de análise da Teoria dos Atos de Fala é o *ato de fala total*, ou seja, o que se faz através de um uso determinado da linguagem em um contexto específico.

Cabe aqui observar mais de perto a questão da ação para melhor compreender a visão performativa da linguagem trazida por Austin. Como coloca Ottoni (1998), “Ação, para Austin, tem um significado muito preciso pelo fato de ser um dos elementos constitutivos da performatividade. Para ele, a *ação* é uma atitude independente de uma forma linguística: o performativo é o próprio ato de realização da fala-ação” (p. 36). A partir dessa definição, e do que ela revela sobre a noção de performativo, rompe-se com a possibilidade de uma análise da linguagem que dependa somente de marcas linguísticas. Desse rompimento, surgem tensões e críticas no cenário dos estudos da linguagem, como veremos em seguida, mas também, como veremos mais adiante, surgem novas possibilidades.

A Visão Performativa da Linguagem e seus desafios

Essa relativa “independência” de formas linguísticas que determinem o ato de fala gera, a princípio, diversos desafios metodológicos, principalmente para uma perspectiva mais tradicional dos estudos da linguagem. Ottoni (1998) se refere a Austin como um “demolidor, um ‘desconstrutor’ de uma filosofia tradicional e - por que não? - de uma linguística tradicional” (p. 25). Evidência desse caráter desestabilizador de suas propostas são, de maneiras distintas, tanto as críticas de Benveniste a ela quanto a apropriação feita por Searle sobre sua teoria.

Primeiramente, em uma direção contrária a de Austin, Benveniste busca delimitar as fronteiras entre “filosofia” e “linguística”, e, em seu uso da Teoria dos Atos de Fala, declara interessar-se apenas por “fatos propriamente linguísticos” (OTTONI, 1998). Esta é a principal tensão entre ambos, e é bastante elucidativa das rupturas causadas por Austin. Além disso, Benveniste busca explicar e explicitar a questão do performativo como observável apenas por marcas linguísticas, o que vai contra a proposta de Austin da análise do ato de fala total, no seu contexto real, sem uma distinção entre sujeito e objeto.

Benveniste não percebe que por detrás das reflexões sobre a performatividade de Austin há uma visão da linguagem. Quero dizer que Benveniste fica no nível do enunciado, do 'linguístico', e não faz referências ao processo de elaboração da performatividade no interior da argumentação de Austin; sua abordagem se utiliza da performatividade de maneira compartimentada. (OTTONI, 1998, p. 65)

É interessante observar que origem das críticas de Benveniste - a reivindicação por uma delimitação das áreas de competência e domínio de filósofos e de linguistas, a necessidade de uma sistematização da análise baseada principalmente em marcas linguísticas - é a mesma que leva Searle a uma leitura de Austin que, conquanto por muito tempo vista como a leitura "oficial", hoje sofre duras críticas. Nas palavras de Rajagopalan (2010, p. 42), Austin

foi sequestrado para caber nos moldes da linguística hegemônica. [...] A intervenção de Searle foi fundamental para "domesticar" Austin e rever seus pensamentos, de tal modo que pudessem ser incorporados à estrutura formal fornecida pela gramática gerativa, referida como a "hipótese performativa abstrata". Ao descontextualizar o ato de fala individual, ou seja, ao retirá-lo de seu contexto, a fim de considerá-lo isoladamente como uma unidade investida de certo potencial comunicativo (ilocucionário), Searle tornou possível ao conceito ser facilmente absorvido pelo modelo de sintaxe que estava sendo proposto pelos defensores da "semântica gerativa" [...].

Assim, vemos alguns desafios a uma aplicação da Teoria dos Atos de Fala por alguns motivos, os quais podemos sintetizar em: 1) seja pelo seu falecimento repentino aos 48 anos, no auge de seus desenvolvimentos, ou pelo contexto particular de publicação de *How to do things with words*, Austin não formalizou seus conceitos de *ato de fala*, *ilocucionário* e *performativo* suficientemente de forma a torná-los claros e estáveis dentro de sua teoria, conforme aponta Ottoni (1998), o que deixa esses conceitos ainda mais vulneráveis do que o normal a diferentes leituras e interpretações; 2) é possível que essas interpretações retirem esses conceitos do seu contexto de existência: como parte constitutiva de uma teoria que objetiva olhar para toda a linguagem como forma de ação; 3) o desinteresse de Austin de estabelecer o que é de interesse linguístico e o que é de interesse filosófico, usando de uma análise da língua para responder a questões filosóficas, o que pode colocar o estudioso da linguagem interessado nos atos de fala em uma posição confusa: realizar uma análise linguística? Olhar para a linguagem de uma perspectiva filosófica? Desfazer, como Austin, as fronteiras entre uma e outra? E, no caso dessa última opção, como fazê-lo? O que está também relacionado a 4) a questão dos critérios formais, que ficam em segundo plano a partir do momento em que os *atos ilocucionários* são definidos como atos convencionais e não puramente linguísticos, o que torna impossível uma análise dos *atos de fala* puramente através de marcas linguísticas e pede

uma reavaliação da prática da análise da linguagem para incluir todos os aspectos envolvidos no *ato de fala total*.

Caminhos para o desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala para além de Austin

Em vista dos desafios postos anteriormente, podemos concluir que, para um desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala para além de Austin que, ainda assim, mantenha-se fiel a uma tradição verdadeiramente austiniana, precisa-se, necessariamente, considerar a visão performativa da linguagem, olhando todo o uso da linguagem como uma forma de agir sobre o mundo. É preciso, também, compreender que a separação entre sujeito e objeto não mais cabe a uma análise dos atos de fala, da mesma forma que um ato ilocucionário jamais será passível de ser desvendado de forma desvinculada de seu contexto. É preciso, então, buscar uma forma de desvendar o agir através do dizer através da consideração do uso real da linguagem, seus efeitos e suas consequências.

Um importante apontamento para os avanços da Teoria dos Atos de Fala é o feito por Rajagopalan (1984) quanto ao embate dos desenvolvimentos descritivistas e não descritivistas - em que os primeiros seriam aqueles que buscavam explicitar a força ilocucionária através de marcas linguísticas, e os segundos, aqueles que negavam essa possibilidade. Rajagopalan associa o descritivismo à semântica, e o não descritivismo à pragmática. Como, para Austin, a questão do significado se localiza em nível do *locucionário*, e como o objetivo principal de uma análise dos atos de fala é a força, que acontece no nível do *ilocucionário*, podemos encontrar na pragmática o lugar para um desenvolvimento da análise da linguagem enquanto ação, levando em conta a totalidade da realização de um ato.

Marcondes (2012) é outro autor que reivindica avanços verdadeiramente pragmáticos para a Teoria dos Atos de Fala. Segundo ele:

Uma análise pragmática depende muito mais da consideração de elementos contextuais, de aspectos perlocucionários, da comparação entre objetivo declarado e realização efetiva, do que da consideração de aspectos estritamente linguísticos, o que parece ser o caso em análises formais e semânticas. E certamente esse tipo de análise pragmática tem recebido menos atenção do que deveria nos desenvolvimentos recentes da teoria dos atos de fala. (p. 174)

Temos assim, em um desenvolvimento de uma análise pragmática dos atos de fala, um caminho para desvendar o que se faz através da linguagem, pois a pragmática se ocuparia da linguagem *em e como* ação.

Dito isso, existem questões no interior do desenvolvimento da Pragmática em si, como campo de estudos da linguagem, que ainda necessitam ser explorados. Um deles, o que mais nos serve para a discussão a que se propõe o presente trabalho é a demanda existente de um desenvolvimento social da pragmática. Rajagopalan (2010) aponta para a seguinte questão:

Se é certo que a pragmática aborda questões relativas ao uso da linguagem, como a maioria dos estudiosos concorda, cabe igualmente perguntar como abordar racionalmente essas questões sem primeiro reconhecer a inerente dimensão social das mesmas. (p. 32)

Da mesma forma, Rajagopalan também cita Jacob L. Mey, proponente de uma politização da pesquisa em pragmática e precursor de uma virada crítica na pragmática contemporânea, dizendo que, para Mey, uma pragmática socialmente sensível conseguiria superar a distância entre a parte teórica e a parte aplicada da linguística, solucionando a divisão entre a linguística enquanto “ciência pura” e a prática da linguística aplicada ao verdadeiro uso da linguagem (RAJAGOPALAN, 2010).

Corroborando esses apontamentos, Marcondes (2012, p. 43) argumenta:

A análise do filósofo não deve se limitar a descrever pura e simplesmente o uso ordinário que se faz da linguagem, mas interrogá-lo, examinando sua estrutura, seus pressupostos e implicações, pois desta forma estaremos seguindo uma compreensão maior da realidade em que vivemos e do modo como agimos.

Assim, vemos que a análise do que *fazemos* com as palavras pode ser útil para o desenvolvimento de uma pragmática socialmente sensível, e, ao mesmo tempo, essa pragmática, politizada e atenta ao social, pode se provar útil para a compreensão dos aspectos contextuais e sociais envolvidos no uso da linguagem enquanto ação.

A partir disso, pretende-se fazer, aqui, não uma exploração geral dos mais diversos desdobramentos da Teoria dos Atos de Fala, o que certamente nos levaria às mais diversas áreas do conhecimento, mas sim apresentar um desdobramento específico que se acredita atender às demandas aqui explicitadas para um desenvolvimento verdadeiramente austiniano, pragmático e socialmente sensível da teoria dos atos de fala: o da ideologia e da crítica ao uso ideológico da linguagem.

Para isso, podemos recorrer, primeiramente, aos avanços de J. Habermas entre os anos de 1970 e 90, que têm apontado para o quanto a Teoria dos Atos de Fala “pode contribuir para a construção de um método de *análise crítica da realidade social* como tarefa fundamental da filosofia” (MARCONDES, 2012, p. 39, grifos nossos). À medida que o uso da linguagem age, de fato, sobre o

mundo, *constituindo* uma realidade, a questão do uso ideológico da linguagem, sob uma perspectiva da Teoria dos Atos de fala, torna-se ainda mais relevante. Marcondes (2012), alinhando-se à visão da Escola de Frankfurt, define a ideologia como uma visão distorcida, enviesada e opressora, que “toma a parte (ideias da classe dominante) pelo todo (a realidade tal como ela é)” (p. 121). Assim, podemos dizer que um uso ideológico da linguagem estaria agindo sobre os sujeitos e a realidade de forma “distorcida, enviesada e opressora”, e, na medida em que estaria “tomando a parte pelo todo”, estaria colaborando para a manutenção de um *status quo* que representa e beneficia apenas uma parcela específica da população. Sobre isso, Marcondes (2012, p. 47) aponta que:

certos usos da linguagem têm um caráter ilusório ou manipulador, contrário à visão tradicional sobre as condições de realização dos atos de fala que se pressupõe o controle do falante sobre a linguagem. A própria linguagem não tem uma natureza transparente, uma vez que estas relações não são transparentes. A análise crítica da linguagem deve proceder, portanto, à explicitação das condições de realização dos atos de fala, como forma de expor e desmascarar sua função ideológica.

Assim, o que se opõe à ideologia não é a busca pelo “real” unânime, abrangente, científico e inequívoco. O oposto da ideologia é, nesse caso, a crítica, que busca não analisar as marcas linguísticas buscando decifrar o significado do que o sujeito diz, ou o efeito que o sujeito *deseja* causar, mas o que de fato aquele proferimento realiza, afinal “o sujeito linguístico, o falante, não é a origem da força ilocucionária, mas ao contrário, se constitui a partir desta. A força ilocucionária é essencialmente um elemento convencional, social” (MARCONDES, 2012, p. 129). Deve-se buscar, então, explicitar de que forma elementos implícitos, convencionais e sociais constituem essa força ilocucionária, e quais são os efeitos e consequências dessa força ilocucionária ideológica sobre os sujeitos e sobre a sociedade.

A partir disso, é possível que sejam traçadas algumas conclusões, as quais, ao invés de terem a pretensão de encerrar o assunto, buscam, ao contrário, abrir caminho para mais avanços nos estudos da uso da linguagem como forma de ação.

Primeiramente, para que seja possível um desenvolvimento fiel à visão performativa da linguagem proposta por Austin, o estudioso da linguagem deve assumir uma postura que se alinhe à Pragmática, que incorpora a quebra de barreiras da Teoria dos Atos de fala, e tem como objetivo a análise da linguagem em uso, seus efeitos e suas consequências.

Uma análise crítica do uso ideológico da linguagem parece-nos ser um desenvolvimento verdadeiramente austiniano da Teoria dos Atos de Fala, pois busca criar critérios de análise que possibilitem a análise do ato de fala em sua totalidade, no momento e contexto em que é proferido.

Da mesma forma, parece ser também o caminho para atender a uma demanda vinda da Pragmática por estudos que sejam socialmente sensíveis e socialmente relevantes, pois se acredita que esta é a única maneira para que a Pragmática possa cumprir efetivamente o seu papel de lidar não com abstrações da linguagem, mas com a linguagem em uso.

Para que tal análise crítica seja realizada, ainda é necessário que se desenvolvam categorias de análise capazes de dar conta, de forma eficaz, dos diversos aspectos trazidos por uma visão performativa da linguagem. A construção dessas categorias de análise depende de uma interlocução e entrelaçamento de diferentes pensadores e áreas do conhecimento que venham a colaborar para uma análise pragmática dos atos de fala.

Marcondes (2017) aponta que “nenhuma análise pode jamais pretender esgotar o ato em toda a sua complexidade. O seu alcance dependerá do enfoque adotado, e nada impede que outros aspectos do ato realizado sejam analisados” (p. 89), o que indica que as interlocuções realizadas e categorias de análise desenvolvidas estarão intimamente conectadas ao aspecto de interesse do pesquisador, seja questões de raça, classe, gênero, etc.

A Teoria dos Atos de Fala, um dos mais importantes desenvolvimentos do pensamento sobre a linguagem dos últimos tempos, traz, de fato, diversos desafios à sua aplicação imediata, sendo que muitas de suas arestas ainda estão por serem aparadas, muitos de seus questionamentos por serem respondidos e testados. No entanto, espera-se aqui demonstrar que, na mesma proporção, as propostas de J. L. Austin podem impulsionar estudos da linguagem enquanto ação que colaborem para um maior entendimento do uso real da linguagem e dos efeitos e conseqüências desse uso sobre os sujeitos e sobre a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCONDES, Danilo. **As armadilhas da linguagem: significado e ação para além do discurso**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

OTTONI, Paulo. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Nova pragmática: fases e feições de um fazer.** *São Paulo*: Parábola Editorial, 2010.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Atos ilocucionários como jogos de linguagem (p. 523-530). In: **Estudos Linguísticos, XVIII.** Lorena, 1989.